

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Tales Corrêa Simão

DEMOCRACIA LIBERAL: PROBLEMAS E CONTRADIÇÕES

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio da Silva Peixoto.

Juiz de Fora
2017

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Tales Corrêa Simão, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201472173A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Democracia liberal: problemas e contradições, desenvolvido durante o período de 01/11/2016 a 20/01/17 sob a orientação de Luiz Antonio da Silva Peixoto, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Tales Corrêa Simão

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

DEMOCRACIA LIBERAL: PROBLEMAS E CONTRADIÇÕES

Tales Corrêa Simão¹

RESUMO

O presente trabalho destina-se a discutir a ideia de democracia liberal, apresentar seus problemas e de onde eles se originam e expor suas contradições intrínsecas. O objetivo é construir um aparato argumentativo que possibilite negar a democracia liberal como sendo uma democracia de fato. Para tal fez-se uso principalmente de dois autores, C. B. Macpherson e Ellen M. Wood e seus livros “A democracia liberal: origens e evolução” e “Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico”. Além desses autores fez-se breve leitura, a título de referência, de Schumpeter e seu livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, Michels e seu livro “Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna” e Carole Pateman e seu livro “Participação e teoria democrática”.

PALAVRAS-CHAVE: democracia liberal; crítica à democracia; democracia representativa; dinâmica partidária.

1. Introdução

O que poderia se questionar em uma forma de governo tão difundida e tão amplamente defendida que faz com que não exista forma distinta em todo o hemisfério ocidental? A democracia liberal não seria a melhor forma de governo já desenvolvida ao longo da história? Ela, em suas diversas expressões não seria a forma ideal cujas deficiências são apenas problemas que serão resolvidos gradualmente através de um processo democrático que sempre aperfeiçoaria e amplia os direitos dos cidadãos?

De fato, partir da ideia de que democracia liberal é algo a ser criticado ou mesmo completamente denunciado como uma farsa não é tarefa nada fácil. Mas dois importantes autores a tomaram para si e, apesar de claras diferenças em seus posicionamentos políticos, chegaram a posições bem próximas de denúncia e diagnóstico em suas teorias cujos principais argumentos, apontamentos e reflexões procuramos trazer para sistematizar uma crítica preliminar, porém fundamentada ao modelo político liberal-democrático.

A democracia liberal, ignorando-se o fato de que se pretende democracia, trouxe em relação aos outros modelos de governo, avanços significativos espalhados pelas mais diversas áreas. Ela possui seu ponto positivo quando comparadas as condições de liberdades políticas que ela permite com as de outras formas de governo. Porém, simplesmente por trazer muitos benefícios não podemos ignorar os malefícios que traz e a necessidade de se melhorar em muito diversos aspectos da sociedade. E também não se pode acreditar que democracia liberal signifique somente melhorias em relação aos modelos anteriores e ignorar o fato de que há o obscurecimento de diversas áreas, além do mascaramento de diversas realidades negativas que se encontram ou pioradas ou geradas pelo liberalismo de cunho elitista. Por isso, faz-se necessário o presente trabalho, ainda que seja para a introdução ao tema, já ampla e eficientemente discutido por inúmeros autores, mas nem por isso esgotado em suas diversas facetas.

Democracia no seu molde tradicional ateniense sempre foi alvo histórico de críticas as mais variadas, porém em um dado ponto da história os pensadores de cunho mais elitista passaram a revisá-la de modo a desenvolver um modelo de democracia que se adequasse às necessidades da ideologia liberal e de um incipiente modo capitalista de produção. Obviamente isto não se deu de forma pronta, mas através de um processo de desenvolvimento teórico prolongado e trabalhoso que de forma não diretamente intencional acabou por conceber um modelo de democracia liberal que como qualquer outra forma de governo foi se modificando e

¹Graduando em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: tales.correa@ich.ufjf.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio da Silva Peixoto.

se aprimorando com o tempo tanto na teoria quanto na prática como bem expõe Macpherson:

Não é novidade absolutamente alguma observar que no principal do pensamento político tradicional do Ocidente, de Platão e Aristóteles até os séculos XVIII e XIX, a democracia, caso se pense nela alguma vez, era definida como norma para os pobres, ignorantes e incompetentes, à custa das classes possidentes instruídas e ociosas.

O conceito de democracia liberal só se tornou possível quando os teóricos – a princípio uns poucos, e depois a maioria dos teóricos liberais – descobriram razões para acreditar que “cada homem um voto” não seria arriscado para a propriedade, ou para a continuidade das sociedades divididas em classes. Os primeiros pensadores sistemáticos a pensarem assim foram Bentham e James Mill, em princípios do século XIX. (MACPHERSON, 1978, p. 16-17)

Os primeiros formuladores da democracia liberal vieram a defendê-la mediante uma cadeia de raciocínios que partia do pressuposto de uma sociedade capitalista de mercado e as leis da economia política clássica. Esses postulados deram-lhes um modelo do homem (como maximizador de utilidade) e um modelo de sociedade (como um conjunto de indivíduos com interesses conflitantes). A partir desses modelos, e um princípio ético, deduziram a necessidade de governo, as desejáveis funções do governo e daí o sistema desejável de escolher e autorizar governos. (MACPHERSON, 1978, p. 30)

Além de ser um novo molde de democracia, a democracia liberal se apresentava como uma concepção um tanto quanto improvável não fosse a confluência de certos fatores que contribuíram para que ela passasse a existir, como desenvolve Ellen Wood: “A democracia “formal” e a identificação de democracia com *liberalismo* teriam sido impossíveis na prática, e literalmente em teoria, em qualquer outro contexto que não as relações sociais específicas do capitalismo.” (WOOD, 2015, p. 23).

Porém, essa forma de democracia possui uma característica preocupante devido ao caráter de sua constituição teórica. As características apresentadas nesta introdução serão o eixo central da crítica que pretendo desenvolver neste trabalho. Essa característica se dá pelo fato de a democracia liberal estar associada ao sistema capitalista, mesmo sistema que possibilitou a sua existência. O sistema capitalista, por sua vez, se caracteriza pela divisão de duas “arenas de ação” importantíssimas para o bom andamento de uma democracia considerada saudável. Wood resume bem esse ponto:

(...) a apropriação e a exploração capitalista realmente dividem as arenas de ação política e econômica. No volume I de *O capital*, Marx desenvolve a evolução da forma de mercadoria passando pela mais-valia até o “segredo da acumulação primitiva”, revelando por fim que o “ponto de partida” da produção capitalista “não é outra coisa senão o processo histórico de isolar o produtor dos meios de produção”, um processo de luta de classes e de intervenção coercitiva do Estado em favor da classe expropriadora. (WOOD, 2015, p. 27-28)

Esse tipo de democracia em conjunto com o sistema capitalista e a lógica liberal gera um aparato desigual, destinado ao benefício de uma classe em detrimento da outra desde que esta outra tenha aceitado este modelo como adequado pelo efeito da ideologia dominante e submetido

(...) a alocação social de recursos e de trabalho (...) ocorre (...) pelos mecanismos do intercâmbio de mercadorias. Os poderes de apropriação de mais-valia e de exploração não se baseiam diretamente nas relações de dependência jurídica ou política, mas sim numa relação contratual entre produtores “livres” – juridicamente livres e livres dos meios de produção – e um apropriador que tem a propriedade absoluta dos meios de produção.

(...) A esfera política no capitalismo tem um caráter especial porque o poder de coação que apóia a exploração capitalista não é acionado diretamente pelo apropriador nem se baseia na subordinação política ou jurídica do produtor a um senhor apropriador. Mas são essenciais um poder e uma estrutura de dominação, mesmo que a liberdade ostensiva e a igualdade de intercâmbio entre capital e trabalho signifiquem a separação entre o “momento” da coação e o “momento” da apropriação. A propriedade privada absoluta, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador, o processo de troca de mercadorias exigem formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado. Historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. Em todos esses sentidos, apesar de sua diferenciação, a esfera econômica se apóia firmemente na política.

Há no capitalismo uma separação completa entre a apropriação privada e os deveres públicos; isso implica o desenvolvimento de uma nova esfera de poder inteiramente dedicada aos fins privados, e não

aos sociais. (WOOD, 2015, p. 35-36)

Introduzida a discussão, o presente artigo será apresentado da seguinte forma: a parte dois, intitulada “A separação entre poderes”, tem por objetivo demonstrar como a separação entre os campos de ação política e econômica prejudica o cidadão por limitar o exercício pleno de sua cidadania e impossibilita a constituição de uma democracia de fato; o item três, intitulado “A democracia ateniense” tem por finalidade recuperar o conceito de democracia original para se contrapor ao atual modelo empregado em nossas sociedades; a quarta parte busca construir uma argumentação a favor da ideia de que a democracia liberal trata-se de um desvirtuamento da real essência da democracia; o quinto tópico, intitulado “Democracia representativa e a influência da dinâmica partidária”, destina-se à crítica do sistema de democracia representativa e da prática partidária difundida nesse modelo democrático-liberal; e o sexto e último tópico trata-se da conclusão, na qual expomos mais diretamente nossas posições acerca da democracia liberal.

2. A separação entre poderes

Uma democracia identificada como liberal e adequada, moldada ou adaptada, como foi, a um sistema econômico e social capitalista se apresenta como um aparato de governo necessário a uma classe específica e, destinado a manter uma parcela do poder político descaracterizado como tal. Essa forma de poder político cuja interferência é extremamente forte na dinâmica do poder político formal é o poder econômico. Poder esse que permanece privado e largamente dissociado da parcela da população a qual fora negado o acesso aos meios de produção. Ellen Wood expressa bem essa faceta na seguinte passagem:

O capitalismo tem a capacidade única de manter a propriedade privada e o poder de extração de excedentes sem que o proprietário seja obrigado a brandir o poder político direto no sentido convencional. O Estado – que é separado da economia, embora *intervenha* nela – pode aparentemente pertencer (por meio do sufrágio universal) a todos, apropriador e produtor, sem que se usurpe o poder de exploração do apropriador. (WOOD, 2015, p. 43).

O que se tem é uma ilusão de democracia, pois ao se excluir a maior parcela da população de um aspecto do poder político real, o econômico, não se alcança uma democracia em essência como o nome pretende significar, mas apenas um governo “oligárquico” cujo princípio democrático aplica-se somente entre uma elite que se constitui enquanto tal por monopolizar parte significativa do poder. O que se tem é uma democracia que autoriza a todos a participar desde que a maior parcela participante esteja limitada a escolher seus “nobres”.

Isso se deve à estranha e contraditória reunião de liberalismo, capitalismo e democracia. O liberalismo surge como um aparato teórico de uma classe social que buscava a sua liberdade – e sua somente – frente a um Estado forte que se apresentava como empecilho à execução plena de suas aspirações econômicas. E o capitalismo, por sua vez, enquanto forma de organização econômica da sociedade, tem como consequência intrínseca ao seu funcionamento a geração de desigualdade social tamanha que a simples ideia de uma democracia aos moldes atenienses parece ser absurda. Entretanto, esta reunião possibilitou um remodelamento do conceito e da prática de democracia ao molde de pensamento do liberalismo:

(...) se os princípios básicos do liberalismo são anteriores ao capitalismo, o que torna possível a identificação de *democracia* com liberalismo é o próprio capitalismo. A ideia de “democracia liberal” só se tornou pensável – e quero dizer literalmente pensável – com o surgimento das relações sociais capitalistas de propriedade. O capitalismo tornou possível a *redefinição* de democracia e sua redução ao liberalismo. De um lado, passou a existir uma esfera política separada na qual a condição “extraeconômica” – política, jurídica ou militar – não tinha implicações diretas para o poder econômico, o poder de apropriação, de exploração e distribuição. Do outro lado, passou a existir uma esfera econômica com suas próprias relações de poder que não dependiam de privilégio político nem jurídico. (...) A democracia liberal deixa intocada toda a nova esfera de dominação e coação criada pelo capitalismo, sua transferência de poderes substanciais do Estado para a sociedade civil, para a propriedade privada e as pressões do mercado. (WOOD, 2015, p. 201).

Ao ter sido possibilitado esse remodelamento, permitiu-se um governo “democrático” totalmente apático em relação ao âmbito da esfera econômica, tratando-se da relação entre produtor e apropriador, e consequentemente apresentando um valor insignificante dos direitos políticos conquistados pelos despossuídos de meios de produção.

Na democracia capitalista moderna, a desigualdade e exploração socioeconômica coexistem com a liberdade e igualdade cívicas. Os produtores primários não são juridicamente dependentes nem destituídos de direitos políticos. Na antiga democracia, a identidade cívica também era dissociada do *status* socioeconômico, e nela a igualdade política também coexistia com a desigualdade de classe. Mas permanece a diferença fundamental. Na sociedade capitalista, os produtores primários são sujeitos a pressões econômicas independentes de sua condição política. O poder do capitalista de se apropriar da mais-valia dos trabalhadores não depende de privilégio político nem de condição cívica, mas do fato de os trabalhadores não possuírem propriedade, o que os obriga a trocar a sua força de trabalho por um salário para ter acesso aos meios de trabalho e subsistência. Os trabalhadores estão sujeitos tanto ao poder do capital quanto aos imperativos da competição e da maximização dos lucros. A separação da condição cívica da situação de classe nas sociedades capitalistas tem, assim, dois lados: de um, o direito de cidadania não é determinado por posição socioeconômica – e, neste sentido, o capitalismo coexiste com a democracia formal –, de outro, a igualdade cívica não afeta diretamente a desigualdade de classe, e a democracia formal deixa fundamentalmente intacta a exploração de classe. (WOOD, 2015, p. 173).

3. A democracia ateniense

A democracia de Atenas pode ser encarada, feitas as devidas ressalvas, como o modelo executado mais próximo do ideal democrático, que foi desenvolvido a partir do conhecimento dessa experiência grega, pelos mais diversos tipos de pensadores. Ela se apresentou como distinta, organizacionalmente, de todas as formas anteriores e posteriores de governo, por possuir como essencial à sua existência a liberdade plena do cidadão em relação a qualquer tipo de subjugação, como bem exemplifica Wood:

A pólis grega quebrou o padrão geral das sociedades estratificadas de divisão entre *governantes* e *produtores*, especialmente a oposição entre Estados apropriadores e comunidades camponesas subjugadas. Na comunidade cívica, a participação do produtor – especialmente na democracia ateniense – significava um grau sem paralelos de liberdade dos modos tradicionais de exploração, tanto na forma de obrigação por dívida ou de servidão quanto na de impostos. (WOOD, 2015, p. 163)

Nessa experiência de democracia ateniense, ao cidadão não eram garantidos somente direitos políticos – como comumente se define –, pois estes direitos vinham, necessariamente, atrelados ao poder econômico e à independência em relação a qualquer outro cidadão. Do lado diametralmente oposto, a democracia liberal brutalmente se opõe a essa realidade por possuir cidadãos que não são de fato livres – apesar de muitos, ilusoriamente, se sentirem assim – de todo e qualquer tipo de coação ou subjugação. O cidadão que não possui propriedade na democracia liberal tem seu poder ou direito político destituído de sua força plena por não ser completamente livre ou independente. Ao ser-lhe tirado o acesso livre aos meios de produção o cidadão produtor cede ao cidadão apropriador grande parte do potencial poder político que poderia ostentar caso fosse independente na esfera econômica:

(...) na democracia antiga havia uma classe de produtores primários juridicamente livres e politicamente privilegiados, e que eram, ao mesmo tempo, livres da necessidade de entrar no mercado para garantir o acesso às condições de trabalho e subsistência. Sua liberdade civil não era, como a do trabalhador assalariado moderno, neutralizada pelas pressões econômicas do capitalismo. Como no capitalismo, o direito de cidadania não era determinado pela condição socioeconômica, mas, ao contrário do capitalismo, as relações de classe eram direta e profundamente afetadas pela condição civil. O exemplo mais óbvio é a divisão entre cidadãos e escravos. Mas a cidadania determinava diretamente também de outras formas as relações econômicas. (WOOD, 2015, p. 173)

Outra característica importante da democracia ateniense, que se contrapõe fortemente a uma das mais fortes características das democracias liberais contemporâneas, é a aversão completa a qualquer tipo de alienação do poder político, como bem expresso na seguinte passagem:

A alienação do poder político era tão estranha à concepção grega de democracia que até mesmo uma eleição poderia ser vista como prática oligárquica, que as democracias poderiam adotar para alguns fins específicos, mas que não faziam parte da essência da constituição democrática. Assim, Aristóteles, ao delinear a forma como se poderia construir uma constituição “mista” com elementos dos principais tipos constitucionais, como oligarquia ou democracia, sugere a inclusão de eleição como característica oligárquica. Era oligárquica porque tendia a favorecer os *gnorimoi*, os notáveis, os ricos e bem-nascidos, que talvez fossem menos simpáticos à democracia. Os atenienses poderiam se valer de uma eleição no caso de funções que exigissem competência técnica, principalmente para cargos financeiros ou militares mais importantes (tais como a função militar de *strategos* para a qual Péricles foi eleito); mas essas funções eram protegidas por medidas restritivas que garantiam a responsabilização do ocupante, e eram claramente percebidas como exceções à regra segundo a qual todos os cidadãos eram dotados do tipo de sabedoria política necessária ao exercício de funções políticas gerais. O método quintessencial da democracia era a seleção por grupos, uma prática que, apesar de reconhecer as restrições práticas impostas pelo tamanho do Estado e pelo número de seus cidadãos, corporifica um critério de seleção que se opõe em princípio à alienação da cidadania e à premissa de que o *demos* é politicamente incompetente. (WOOD, 2015, p. 187)

Essa ideia que Wood apresenta de Aristóteles, sobre a eleição se caracterizar como sendo oligárquica por tender a beneficiar as classes mais abastadas, se adequa perfeitamente ao papel que a dinâmica de concorrência partidária, em conjunção com a universalização da franquia democrática incorporou, e que é apresentado mais a frente usando como base a observação de Macpherson e as contribuições de Michels e Schumpeter na quinta parte deste texto, intitulada “Democracia representativa e a influência da dinâmica partidária”.

4. A democracia desvirtuada

A forma como se enxerga a democracia liberal é completamente distinta da democracia que fora tão atacada pelos pensadores que representavam as classes mais abastadas. Antes, o modelo de governo que se apresentava, enquanto ideal (utópico), como incompatível com uma sociedade dividida em classes, agora se apresenta altamente disseminado em um mundo cuja existência de classes e a extrema desigualdade entre elas apresenta-se como regra.

Houve, certamente, em todo esse amplo espectro de dois mil anos, esta ou aquela visão democrática, defensores da democracia, e inclusive exemplos de democracia na prática (embora esses exemplos nunca abrangessem toda uma comunidade política). Se olharmos para essas teorias e visões democráticas, iremos verificar que elas têm uma coisa em comum, que as distancia fundamentalmente da democracia liberal dos séculos XIX e XX. Essa característica em comum é que todas elas dependiam de uma sociedade não dividida em classes ou eram concebidas para ajustar-se a uma sociedade desse tipo. É fácil perceber que para esses modos de conceber, em sua maioria, a democracia era uma sociedade sem classes ou de classe única, e não meramente um mecanismo político para ajustar-se a essa sociedade. Esses antigos modelos e visões da democracia eram reações contra as sociedades divididas em classes de seus tempos. (MACPHERSON, 1978, p. 17)

Esse desvirtuamento teórico pelo qual passou a democracia, para que se tornasse “democracia liberal”, contribui para confundir o que é democracia de fato e aquilo que se traveste de democracia e cuja essência não se realizou. Neste sentido, afirma Ellen Wood:

Hoje estamos completamente acostumados a definir democracia menos (ou quase nunca) em termos de governo pelo *demos* ou poder popular do que em termos de liberdades civis, liberdade de expressão, de imprensa e de reunião, tolerância, proteção de uma esfera de privacidade, defesa do indivíduo e da “sociedade civil” contra o Estado, e coisas tais. (...) tolerância, respeito à lei, respeito à administração imparcial da justiça”.

São todas qualidades admiráveis. (...) Mas elas pouco têm a ver com *democracia*. Conspicua e ausente dessa relação de características democráticas, está exatamente a qualidade que dá à democracia o seu significado específico e literal: governo pelo *demos*. (WOOD, 2015, p. 199)

Agora, se o diagnóstico que procuramos apresentar aqui identifica que a “democracia liberal” não apresenta, tanto pelo argumento de Wood quanto pelo de Macpherson, aquilo que constituiria a principal

característica de qualquer outro tipo de democracia que não o liberal, falta ainda apresentar a razão a partir da qual se justificou o fim do medo que as classes “apropriadoras” tinham de implementar um modelo de governo no qual a “multidão trabalhadora” teria, supostamente, poder de voz e ação. Essa justificação se deu através da dinâmica de governo que se constituiu ao se desenvolver o modelo de democracia representativa.

5. Democracia representativa e a influência da dinâmica partidária

Macpherson apresenta em seu livro o receio do teórico liberal John Stuart Mill – que era compartilhado por muitos outros – de que a universalização da franquia (masculina no caso) teria como consequência a elevação das classes trabalhadoras ao posto de condutoras do governo e do rumo que tomaria a economia. Entretanto, esse receio, que fez com que o próprio Mill viesse a propor uma proporcionalidade nos votos de acordo com determinados critérios, não se mostrou verídico devido a revelação de uma dinâmica conservadora que se constituiu através e a partir da organização de partidos políticos e sua consequente disputa por cargos no molde da democracia representativa.

A razão pela qual a franquia igualitária para adultos masculinos não ensejou o governo classista que Mill receava foi o extraordinário êxito com o qual o sistema partidário teve condições de domesticar a democracia.

Porque deixava o processo político democrático amplamente incapaz de oferecer o efetivo grau de participação que seus defensores reivindicavam ou pelo qual esperavam, e incapaz de fomentar aquele desenvolvimento pessoal e comunidade moral que era a principal razão oferecida pela democracia liberal.

Uma franquia igualitária universal forçosamente daria voz predominante à classe trabalhadora assalariada nos países mais industrializados, bem como aos agricultores e outros pequenos trabalhadores independentes (ou a uma mistura deles com assalariados) nos países menos industrializados, e em ambos os casos era de se esperar um conflito de interesses com a propriedade capitalista estabelecida. Como poderia uma coisa tão mecânica e neutra como um sistema de partidos em competição impedir a alteração no poder pela classe ou pelas classes inferiores porém mais numerosas? Um sistema partidário acaso não ensinaria essa alternância de mando, em vez de impedi-la, na medida em que eficazmente representasse o peso numérico de interesses diferentes? Contudo, o revezamento das classes foi impedido, e pela atuação do sistema partidário, em todas as democracias ocidentais.

(...) não é difícil ver, se mudarmos o foco ligeiramente das exposições usuais da função do sistema partidário, que sua principal função não é meramente ensinar um equilíbrio político estável, mas determinada espécie de equilíbrio.

Acho que não é exagero dizer que a principal função do sistema partidário concretamente desempenhada nas democracias ocidentais desde o advento da franquia democrática tem sido a de amenizar o conflito de classes ou, se preferirmos, moderar e conciliar um conflito de interesses de classe de modo a salvar as instituições da propriedade existentes e o sistema de mercado de um ataque eficaz. (MACPHERSON, 1978, p. 68-69)

O sistema partidário e a eleição inserida no formato de democracia representativa serviram perfeitamente para distanciar o “cidadão” eleitor completamente do âmbito decisório e cada vez que o voto se tornou mais abrangente menos o cidadão da democracia liberal foi capaz de interferir de qualquer maneira. Dessa maneira a implementação dessa democracia distorcida denominada democracia liberal apresenta-se muito mais e cada vez mais como um eficiente aparato governamental de sujeição de uma maioria da população a um projeto de uma minoria.

Com cada expansão da franquia, o sistema partidário torna-se necessariamente menos responsável para com o eleitorado. Tomemos o caso clássico do sistema partidário inglês. Ele foi o meio eficaz de fazer e desfazer governos por meio século ou mais, antes que houvesse algo parecido com franquia democrática. Na medida em que a franquia se limitava à classe proprietária, o número relativamente pequeno de eleitores em cada eleitorado possibilitava aos eleitores exercer considerável influência, e mesmo controle, sobre o membro eleito. E dado que os partidos podiam assim ser responsabilizados para com seus constituintes, ou pelo menos com segmento ativo do eleitorado, isto é, com o partido constituinte, por mais frouxamente organizado que fosse, eles não podiam ser dominados pelo governo, isto é, pelos principais homens no partido parlamentar.

Tudo isso mudou com a democratização da franquia. O apelo ao eleitorado de massa exigia a

formação de partidos nacionais bem organizados fora dos partidos parlamentares. A organização eficaz exigia máquinas partidárias controladas do centro. O endosso pela máquina partidária tornou-se virtualmente o único meio de eleição para o Parlamento. A liderança partidária central estava portanto em condições de controlar seus membros. (MACPHERSON, 1978, p. 71)

A tentativa de inserção da democracia a partir de uma visão liberal e em um sistema econômico como o capitalismo acabou por produzir uma quimera cujas estruturas de funcionamento possuem características perfeitamente adequadas ao objetivo de manutenção de privilégios econômicos vantajosos. Além disso insere-se uma ironia trágica, o sistema cujo nome ensinaria maior autonomia e liberdade ao corpo de cidadãos ao assumir sua forma liberal-capitalista apresenta-se como um eficiente modo de subjugação daqueles que sua forma “pura” ou ideal ela pretendia dar autonomia e participação pela da vida política de sua sociedade.

A conclusão geral desse rápido exame do sistema partidário é que o sistema partidário tem sido o meio de conciliar a franquia universal com a manutenção de uma sociedade desigual. Assim tem sido pela dissimulação das questões e pela redução da responsabilidade do governo para com os eleitorados. O sistema tem de fazer ambas essas coisas a fim de desempenhar as funções exigidas dele por uma sociedade desigual. (MACPHERSON, 1978, p. 72)

A democracia liberal se constituiu como uma solução perfeita ao que Ellen Wood chama de o “velho problema de governantes e produtores”:

(...) por mais que as classes dominantes (...) tivessem temido a extensão dos direitos políticos para a multidão trabalhadora, no final, os direitos políticos na sociedade capitalista já não tinham a importância que tinha a cidadania na antiga democracia. (...) Já não era mais necessário corporificar a divisão entre privilégio e trabalho numa divisão política entre os governantes apropriadores e súditos trabalhadores, uma vez que a democracia poderia ser confinada a uma esfera “política” formalmente separada, enquanto a “economia” seguia regras próprias. Se já não era possível restringir o tamanho do corpo de cidadãos, o alcance da cidadania podia então ser fortemente limitado, mesmo sem a imposição de limites constitucionais. (WOOD, 2015, p. 174-175)

Acrescente-se a isso a contribuição de Robert Michels que interpreta a constituição dos organismos partidários como a constituição de aparatos intrinsecamente elitistas que se constituem dessa forma a partir do simples desenvolvimento de suas ações. Pelo argumento de Michels, as elites que se constituem internamente atreladas às estruturas partidárias passam a desenvolver ações puramente voltadas para os interesses de reprodução de cargos e a concorrência partidária passa a ser um mercado no qual se disputa o maior número de compradores.

6. Conclusão

Para analisar e selecionar os trechos referentes à democracia liberal que expusessem do que realmente se trata tal modelo de democracia, partimos do pressuposto de ideal democrático no qual democracia é uma espécie de governo no qual todos são cidadãos e ser cidadão significa participar ativamente das decisões e deliberações políticas relacionadas aos assuntos pertinentes à vida de cada indivíduo e do coletivo. Também interpretamos como ideal democrático a posição plenamente autônoma e independente que todo cidadão pode e deve ocupar dentro da esfera política e econômica de ação. A partir das leituras feitas, concluímos que é imprescindível a independência econômica e o acesso aos meios de produção e subsistência para que um cidadão possa ser considerado como tal e para que um regime que se denomine democrático possa ser considerado uma democracia de fato.

Para isso foi preciso compreender o aparato teórico que sustenta a ideia de democracia liberal. As argumentações e os exemplos dados pelos dois autores referenciados neste trabalho cumpriram tal papel. Porém, ter feito a leitura de pelo menos um autor que contribuiu fortemente para a ideia de que o regime no qual estamos inseridos é um regime democrático foi de extrema relevância para enxergar a lógica argumentativa e de construção teórica que fundamenta a teoria política liberal.

Schumpeter em sua obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia” apresenta uma visão, em relação à democracia, mais próxima de relatar o funcionamento na realidade desse modelo liberal de democracia do que de fato um modelo de como a democracia deveria ser. A visão dele, apesar de não ser crítica, é cirúrgica ao considerar como democrático o simples fato isolado de se poder livremente escolher o seu representante político, findando aí praticamente toda e qualquer forma de ação política que o cidadão inserido nesse sistema democrático precisa e pode executar. Ele pode não fazer isso conscientemente, mas ao descrever a democracia como tal, executa a descrição básica e resumida do que esse modelo de governo de fato representa.

A partir dessa visão schumpeteriana o objetivo do atual trabalho constituiu-se em se alcançar uma interpretação completamente negativa do atual modelo de democracia – a “democracia liberal” – para introduzir nesta presente conclusão o que autores e autoras como Carole Pateman em sua obra Participação e Teoria Democrática buscam introduzir, que é uma dimensão e uma defesa de uma democracia participativa.

A conclusão a qual chegamos ao finalizar este estudo é de que, se considerarmos democracia como sendo o governo do povo nos moldes de Atenas, o que possuímos como democracia atualmente se caracteriza como uma distorção histórica. O conceito e a ideia foram completamente distorcidos e adaptados para servir a um sistema que se apresenta extremamente eficiente em esconder sua enorme capacidade de exploração e subjugação do homem e de convencê-lo da sua completa (porém inexistente na realidade) liberdade para decidir sobre sua vida.

Somos sujeitados a viver sob a égide de um sistema de governo cuja feição poderia muito bem ser caricaturada como uma monarquia, na qual se muda o rei e os nobres de maneira periódica, mas a estrutura e lógica de funcionamento se mantêm basicamente as mesmas. Acrescente-se a isso o ganho de direitos em pequenas e secundárias esferas em relação com a força do capital e se acreditará na existência de um campo de ação política no qual se conquista cada vez mais democracia ao mesmo tempo em que se permanece plenamente subjugado a um sistema econômico que não possibilita real emancipação de uma sociedade cuja população encontra-se largamente desprovida de poder econômico e conseqüentemente de capacidade de desfrutar de uma cidadania de fato.

A própria representação nos moldes atuais é completamente equívoca e extremamente dúbia. Representa, quando representa, pouco e em casos isolados. Por isso, faz-se essencial o desenvolvimento rigoroso de teorias e estudos aprofundados sobre os meios possíveis de se implantar uma democracia substantiva, isto é, participativa de fato. Mas isto sem prescindir do que julgamos ser essencial para a implantação de uma democracia plena, ou seja, a completa modificação das relações de produção e a erradicação das figuras de donos dos meios de produção e produtores expropriados. Uma democracia real e participativa necessita, como sua condição prévia, de uma mudança das relações econômicas.

Referências:

- MACPHERSON, Crawford Brough. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MICHELS, Robert. **Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna**. Lisboa: Edições Antígona, 2001.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.